

Os caprichos dos homens têm feito das mulheres plantas de estufa: mulheres e relações de trabalho na corte, segunda metade do século XIX

Men's whims have made from women greenhouse plants: women and working relationships in court, second half of nineteenth century

Cristiane de Paula Ribeiro

 <https://orcid.org/0000-0002-5177-2807>
Universidade Estadual de Campinas

Resumo: O presente trabalho objetiva uma discussão acerca das reivindicações femininas pelo direito a profissionalização e inserção no mundo do trabalho durante meados do século XIX na Corte. Para tanto, buscaremos mostrar que tais reivindicações estiveram restritas a grupos específicos, ou seja, mulheres brancas e letradas que requeriam ocupar sobretudo cargos públicos e políticos, naquele momento restrito apenas ao sexo masculino. Do mesmo modo, buscaremos, ainda, pensar as mulheres negras e sua já ampla atuação no mundo do trabalho, diferentemente das letradas, onde é possível evidenciarmos atuações diversas como domésticas, lavadeiras, cozinheiras, amas de leite, quitandeiras, entre livres e escravizadas, discutindo um mundo do trabalho feminino em que se torna necessário o uso de intersecções como gênero, raça e classe para compreendê-lo de maneira heterogênea, diversa e desigual.

Palavras-chave: Relações de trabalho. Gênero. Raça.

Abstract: The present work aims at a discussion about the feminine claims for the right to professionalization and insertion in the working world during the middle of the 19th century in the Court. To do so, we will try to show that such claims were restricted to specific groups, that is, white and literate women who needed to occupy mainly public and political positions, at that time restricted only to men. In the same way, we will also try to think about black women and their already ample work in the world of work, unlike the literate ones, where it is possible to evidence diverse acts as domestic workers, washerwomen, cooks, milkmaids, grocers, between free and enslaved, discussing a world of female labor in which it becomes necessary to use intersections such as gender, race and class to understand it in a heterogeneous, diverse and unequal way.

Keywords: Labor relations. Gender. Breed.

Deixe-se cada ocupação aberta para todos, sem favorecer uns e desanimar outros, e os empregos caem por sorte a quem mais os merecer. Não é de temer que uma ocupação que um homem exerce, melhor seria se fosse dado a uma mulher (A.R.T.S., 1868, p. 59)

No início do ano de 1868, proximamente entre fevereiro e março, a Corte é surpreendida com uma publicação em que uma mulher letrada reivindicava por direitos, entre os quais aquele relacionado aos mundos do trabalho, buscando, assim, requerer oportunidades iguais entre homens e mulheres neste. Como observamos na parte transcrita ao início, a ocupação de dado ofício surgiria mediante o merecimento de cada um, independente de gênero, mas o mesmo não acontecia, por exemplo, independente



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

de raça. Sabemos que, ao período, ainda vigorava a escravidão e as pautas defendidas pela autora não abarcavam as mulheres negras e escravizadas, que não tinham meios para mostrar merecimento, visto que não dispunham as mesmas oportunidades daquelas brancas e letradas, vivendo em condições completamente distintas e precárias.

O *Tratado Sobre a Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar* foi escrito por Anna Rosa Termacsics dos Santos, uma mulher branca e de letras. Em tantos aspectos sua vida foi comum, mas em outros, excêntrica. Isto para dizer que, no período em que ela escreveu, em 1868, era impensável que mulheres questionassem a ordem de maneira enfática como apareceu em sua obra, afrontando toda a classe dominante, que não conseguia perceber a alteridade e nem a autonomia nos dependentes. Entretanto, Anna Rosa não pode ser utilizada para pensar a condição de todas as mulheres, muito menos suas reivindicações por direitos ao trabalho e a inserção no espaço público, no qual diversas outras já vinham se fazendo presentes e atuantes nesse mesmo universo, por necessidades básicas e de maneira diferente daquela que ela reivindicava, caso este das mulheres negras que atuavam nas ruas do Rio de Janeiro como vendedoras, lavadeiras, carregadoras de água, quitandeiras e muitos outros ofícios informais.

O intuito deste trabalho é mostrar como as reivindicações femininas impressas pelo direito ao trabalho, que começam a se fazer presentes em meados do século XIX, estiveram restritas a grupos específicos de mulheres, ou seja, aquelas letradas, emancipadas e, sobretudo, não negras, destacando os principais ofícios que eram requeridos em igualdade com os homens, em suma, ocupações aos cargos públicos e políticos. Buscaremos, ainda, pensar as mulheres negras e sua já ampla atuação nos mundos do trabalho, diferentemente das letradas, onde é possível evidenciarmos atuações diversas como domésticas, lavadeiras, cozinheiras, amas de leite, quitandeiras, entre livres e escravizadas, discutindo os mundos do trabalho feminino em que se torna necessário o uso de intersecções para compreendê-lo de maneira heterogênea, diversa e desigual.

O estudo aqui proposto se insere no campo da história social com uma grande contribuição da categoria gênero, no qual buscaremos analisar as construções sociais que se impuseram as mulheres no Oitocentos, carregando resquícios ainda hoje, impondo, além de papéis distintos ao masculino e ao feminino, a constituição de hierarquias e desigualdades no próprio grupo de mulheres em sua diversidade, sejam brancas, pobres, negras, imigrantes, solteiras, viúvas.

Reivindicações pelo trabalho escritas por mulheres letradas e sua aparição na Corte

A partir da segunda metade do século XIX, sobretudo por vias impressas, começava a aparecer diversos textos escritos por mulheres que questionavam a ordem inviolável que as excluía do espaço público, isso resultado de uma movimentação a um nível transnacional, com forte interferência dos Estados Unidos e de países da Europa, locais em que a emancipação feminina na busca por direitos vinha sendo disseminada em maior amplitude. As brasileiras vinham mantendo contato com essas localidades, seja através de informações contidas na imprensa periódica ou mesmo por suas experiências como viajantes, já que era comum que senhoras de boa posição social fizessem tais trajetos via percurso marítimo.

Anna Rosa Termacsics dos Santos pode ser vista como um desses exemplos de viajantes. Esta foi uma mulher de letras que escreveu em 1868 o *Tratado Sobre a Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar*, uma obra singular que traz debates significativos no que se refere aos direitos educacionais, políticos, matrimoniais e também sobre os mundos do trabalho, sendo este último aquele que vamos nos atentar aqui neste trabalho. Em toda sua escrita, a autora usou de exemplos ao redor do mundo para fundamentar sua causa, mostrando-nos um pouco sobre sua experiência com essas regiões, no qual experimentou pessoalmente um contato com diferentes práticas culturais e teceu sociabilidades femininas que muito influenciaram sua atuação, logo, suas reivindicações escritas aqui no Brasil.

Ao estudar um pouco sobre a trajetória de tal autora¹, apreendemos pontos significativos em sua vida, desde ao fato de ter sido uma mulher solteira que necessitava trabalhar muito para dar conta de suas necessidades, até a sua própria posição social, que reflete bastante os impasses vivenciados pelo sexo feminino aquela época que, "para as mulheres adquirir ou acumular bens não era tarefa fácil, sobreviver já era difícil por si só" (SBRAVATI, 2008, p. 92). A identidade feminina burguesa foi, durante o século XIX e antes disso, acentuadamente demarcada pelo estado conjugal, no qual era cobrado que estas se cassassem e tivessem a frente um homem que as representassem. Casos específicos de mulheres que permaneceram solteiras eram ridicularizados e vistos como aberração naquele meio social, isso exclusivamente em famílias de ordem branca.

Anna Rosa foi uma estrangeira húngara de uma família distinta, porém sem muitas posses, que veio para o Brasil com aproximadamente sete anos de idade em finais de 1828, residindo aqui até sua morte, com 65 anos, em 1886. No decorrer de sua vida atuou cotidianamente como professora de piano e canto, anunciando seus préstimos, tanto no *Almanak Laemmert* como na imprensa diária do Rio de Janeiro. Contudo, os impasses por ter sido em sua vida adulta uma mulher sozinha, a levou a necessidade de trabalhar em outras frentes de atuação, casos estes do ensino de línguas, corte e costura, boas maneiras e, vez ou outra, na governança das tarefas de casas de famílias e/ou homens solteiros ou viúvos.

Apesar de sua distinção social, por ter advindo de uma família europeia distinta e com o costume das letras, a autora em questão não foi uma senhora de uma aristocracia social e econômica, pelo contrário, se inseria numa classe de sujeitos intermediários que vinham buscando se ascender socialmente através do trabalho. Por ter sido mulher, sabemos que tal ascensão era ainda mais difícil. Sobre sujeitos de mesma posição, uma possível classe média, a imprensa oitocentista trazia as seguintes informações: "Classe média é o talento sem nascimento lutando contra o nascimento sem talento"²; "O uso do casamento, seriamente falando, tende a desaparecer de nossos costumes, o número das moças solteiras aumenta sobretudo na classe média."³ E, ainda, descrevia sobre as dificuldades que este grupo tinha que passar para conseguir manter sua posição social:

Não se dá que jantar a um amigo, que não custe isso, 10 ou 12\$000. Acabaram-se os bailes; a classe média pôs-se de quarentena, porque é ela a que mais sofre. A

¹ Na dissertação de Mestrado, intitulada: "A vida caseira é a sepultura dos talentos": Gênero e participação política dos escritos de Anna Rosa Termacsics dos Santos (1850-1886), analisamos a trajetória da autora em questão e as especificidades de inserção em um Brasil ainda Monárquico.

² *Diário do Povo*. Rio de Janeiro. Edição n. 13.

³ *A Marmota*. Rio de Janeiro. Edição n. 1169.

gente de alta posição tem meios para sustenta-la; as massas populosas movem-se como podem e como querem: a classe média é a que, precisando manter sua posição de seriedade e de honestidade, não tem os recursos dos grandes nem se apresenta seja como for, nem aonde for, como a população. ⁴

Os alguns exemplos aqui colocados nos indagam a pensar quem eram os sujeitos pertencentes a este entremeio. Primeiro, o fato de o jornal *Diário do Povo* trazer a informação de que era “o talento sem nascimento lutando contra o nascimento sem talento”, já nos indica que esses sujeitos eram pessoas que, muitas das vezes, possuíam aptidões letradas e grande talento para questões políticas e ilustradas melhores do que a própria elite, caso este da senhora húngara utilizada aqui como exemplo, que comprova sua grande aptidão ao escrever e publicar uma obra tão significativa para se pensar de maneira tão crítica aquela sociedade a qual esteve imersa. Novamente, outro jornal, desta vez *A Marmota*, nos aponta que o casamento tem desaparecido dos costumes brasileiros, sobretudo na classe média, que tem contado com um aumento no número de mulheres solteiras. Mais uma vez, Anna Rosa pode ser pensada, já que não se casou. Por fim, a última, também pela *A Marmota*, informa que a classe média necessitava se pôr de quarentena com o fim dos bailes, pois, diferentemente das massas populosas, que se moviam como podiam, ela não tinha os recursos dos grandes para arcar com os “ares aristocráticos”⁵ da Corte.

O trabalho era fundamental na vida dessas pessoas de classes intermediárias, pois, apenas com os recursos angariados a partir dele, estas poderiam frequentar lugares como cafés, teatros, bibliotecas e livrarias. O estudo de caso acerca da vida da senhora Termacsics nos comprova bastante sobre os problemas enfrentados, em especial os de gênero, visto que se pregava que a reclusão doméstica das mulheres era o único destino de suas vidas. Se para os homens de uma classe média já era difícil, imaginemos as mulheres, que não tinham as mesmas oportunidades e sofriam com o paternalismo vigente.

No entanto, foram inúmeras as mulheres que estiveram presentes no universo do trabalho durante o século XIX, em sua diversidade de funções, sendo que, de um lado, existiram aqueles que seriam exercidos por mulheres brancas e letradas e, do mesmo modo, outros que seriam feitos por negras e/ou pardas, sejam livres ou escravizadas, o que impossibilita trabalhar esses mundos do trabalho oitocentista de maneira homogênea, sem pensar as especificidades e dificuldades de cada grupo, que contou com grandes resquícios do racismo e da escravidão que vigorava.

As mulheres brancas que vinham requerendo direitos para a emancipação de seu sexo, através da escrita de textos, muitas das vezes partiam de suas vivências, expondo em suas escritas muito de suas próprias subjetividades, nas quais percebiam a desigualdade de gênero que estiveram submetidas. As mesmas eram excluídas, por exemplo, de frequentar universidades, do universo das letras e dos mundos do trabalho, que, como veremos, era fundamental para que estas mantivessem suas necessidades de subsistência naquela sociedade. Nessa primeira parte, vamos nos atentar sobre quais eram as principais reivindicações sobre os mundos do trabalho presente nos

⁴ *A Marmota*. Rio de Janeiro. Edição n. 1174.

⁵ Sobre esse conceito, ver mais em Sergio Buarque de Holanda e sua discussão sobre a falta das “ditas classes médias” no Império. Tal classe pode ser vista como aquela em que seus sujeitos, apesar de passarem por dificuldades financeiras, eram instruídos e dotados de intelectualidade para frequentar espaços da burguesia aristocrática, como teatros, cafés, imprensa, bibliotecas, bailes. Além do mais, eram pessoas letradas, o que já as diferenciava naquele espaço da Corte. Ver mais em: HOLANDA, 1978.

escritos das senhoras letradas, buscando problematizar que tais não eram homogêneas, além de mostrar alguns casos das dificuldades enfrentadas no universo do trabalho feminino, em especial aqueles que necessitavam de instrução para serem exercidos.

Ao localizarmos um impresso de 1868, que foi vendido em diversas livrarias da Corte, e que, para além, tocou em pontos emblemáticos para aquele momento histórico, percebemos que as mulheres letradas não estiveram passivas a condição que se encontravam, pelo contrário, mostraram-se sujeitos atuantes que vinham buscando melhorias para suas vidas nos seus próprios termos. Anna Rosa Termacsics dos Santos reivindicou muitas coisas e acreditamos que para o período, a sua luta pelo direito de participar da política, votando e sendo eleita, é a aquela que chama maior atenção pelo fato de que por muito tempo esse debate só foi tratado pela historiografia em finais do século, devido à proximidade com a Proclamação da República e com o movimento sufragista organizado. Contudo, a autora também abordou bastante sobre a inserção das mulheres nos mundos do trabalho, buscando mostrar o quanto era injusto negar que estas ocupassem postos tidos como masculinos, no qual muitas tinham aptidões tão bem, ou até melhores, que muitos homens. Segundo suas palavras:

Os caprichos dos homens têm feito das mulheres plantas de estufa; metade do gênero inválido; ouvimos gritos e choros todos os dias sobre o mal pagamento da mulher, da vida inferior, não ganha a terça parte que o homem ganha no mais miserável ofício; seria debalde censurar indivíduos, por isso nós fomos muito tempo dominados por uma comum ignorância e preocupação. Foi um erro da sociedade, foi defeito do tímido conservantismo que opõe uma face de pedra contra qualquer coisa nova era culpa de uma imprensa servil que sabe tão bem pela experiência pessoal, quantos loucos e covardes são governados por uma risada (A.R.T.S., 1868, p. 19).

Para a autora, a culpa da condição de dependência que as mulheres se encontravam era resultado dos caprichos dos homens, que as viam como “plantas de estufa” que deveriam ser cuidadas e mantidas isoladas do meio social, não podendo trabalhar se tornarem independente. Para além, a autora também reclamava sobre os salários recebidos pelos poucos serviços que eram exercidos por mulheres, não ganhando nem a terça parte que o homem ganhava no mais miserável ofício, não sabemos ao certo quais eram essas ocupações, apenas que, o exemplo dado nos passa que essas possíveis relações de trabalho eram precárias no quesito gênero.

Um exemplo que nos comprova essa precariedade é a publicação de um autor anônimo na imprensa diária da Corte, mais especificamente no *Jornal do Comércio*. No Folhetim do respectivo periódico, o autor comentava a publicação do *Tratado Sobre a Emancipação Política das Mulheres e Direito de Votar* e, ao falar sobre os empregos que a autora reivindicava dizia ser este favorável, pois, caso isso viesse a se tornar uma realidade, não receberia mais inúmeras cartas de mulheres que reclamavam da falta de empregos e que sozinhas tinham que manter suas casas, segundo suas palavras:

Fará V. um verdadeiro serviço à pobreza, as viúvas e famílias de milhares de infelizes que no campo derramaram o seu sangue pela causa da pátria, pintando a maneira escandalosa porque presentemente se distribuem costuras na repartição respectiva do arsenal de guerra da Corte. Nos dias designados aglomeram-se pessoas necessitadas (não cabendo ali comodamente mais de duzentas), à espera que chegue o encarregado, aliás moço de bem, mas que, tendo pouca energia e conhecimento do negócio, se deixa iludir por alguns dos subalternos em quem confia. Às nove e tanto ou dez horas chega ele, e as pobres, infelizes e necessitadas

aglomeram-se em roda apresentando-lhe os seus bilhetes. Ele aceita os de umas, procura consolar as outras que chorando lhe pedem trabalho para sustentarem seus filhinhos, recolhe-se à secretaria, onde há três ou quatro empregados, mas ali encontra já uma porção de moças bonitas, que bem e comodamente sentadas só por ele esperam.⁶

O caso narrado exemplifica um momento em que essas relações de trabalho feminino encontravam-se mais dificultosas devido à Guerra do Paraguai, onde diversos homens necessitaram deixar suas famílias para saírem em missão de defesa da pátria, muitos dos quais não voltaram para suas residências, falecendo em serviço. Ademais, percebemos também que o número de mulheres buscando trabalho no arsenal da guerra era muito maior que a quantidade de serviço ofertado, o que causava, possivelmente, concorrência no grupo, deixando muitas desempregadas e sem os recursos necessários. E, sobre isso, Anna Rosa escreveu:

É uma tola opinião de alguns indivíduos que a massa das mulheres não deve se entregar a outras ocupações, por isso é que forjam umas para as outras suas cadeias: por isso é tão mal pago o trabalho delas? É fácil compreender a razão: há tantos homens quantas são as mulheres que precisam trabalhar para sua existência. O homem tem milhares de recursos e ninguém o embaraça: se não progride numa ocupação pega em outra; assim os salários devem subir, mas não é assim com as mulheres; toda a massa de mulheres deve achar ocupação em uma, duas ou três indústrias. Se são mais trabalhadeiras para uma indústria que se precisa, matam-se entre si com a concorrência, e todos os dias se abaixam os salários delas, e elas estarão por tudo, porque se uma não se quer sujeitar a esse preço, mil outras anuem, e o trabalho da mulher é barato pela grande abundância que existe. Elas têm pouca escolha de ocupação; e porque não se abriria novas ocupações para elas, como a medicina, a advocacia, serem guarda-livros? Deixai-as empregar-se em todos os ramos do comércio, deixai-as principiar e monopolizar. Escolhei das que se empregam na agulha para negociantes, algumas para ministras, outras para guarda-livros, outras para médicos, para deputadas, e outros muitos empregos, como guarda-sepulturas, carcereiras e serem pagas como qualquer outro trabalhador. A concorrência é que faz sofrer a tantas mulheres, e se argumenta cada vez mais, pela superstição como pela preocupação. A mulher está a borda da pobreza, em miséria pelo número de suas irmãs, mal paga, em necessidade e degradação; é para admirar que ela anule a tentação do ouro (A.R.T.S., 1868, p. 20-21).

Ou seja, a concorrência era uma realidade que levava muitas a se submeterem a dada situação, visto que caso uma não quisesse, diversas outras estariam disponíveis, e a autora argumentava que por isso os salários das mulheres eram baratos, isto é, pela grande concorrência presente no grupo. Podemos pensar aqui que essas relações conflituosas eram mais comuns com mulheres pobres e livres, brancas e letradas, apesar de todas as dificuldades, atuavam no ofício do ensino em suas diversas áreas, na moda (corte e costura) e em funções que necessitavam de um mínimo de instrução possível. Acreditamos, no entanto, que as mulheres que buscavam serviço no setor de costura do arsenal da guerra, por exemplo, não eram as mesmas que escreviam requerendo direitos, caso da autora em questão.

Apesar da senhora Termacsics ter levantado o problema da concorrência e das inúmeras dificuldades enfrentadas pelo sexo feminino, nos exemplos vistos de mulheres pobres, podemos pensar no seu problema específico, que era relacionado ao seu ofício como professora de línguas, piano e canto, boas maneiras, primeiras letras e corte e

⁶ *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. Edição n. 82. 22 março 1868.

costura, como localizamos ao pesquisar a trajetória de sua vida. A sua reivindicação pela inserção no universo do trabalho, em sua variedade de funções, partia muito de sua vivência que necessitava dar diversas aulas e se locomover em longos e cansativos percursos para angariar minimamente aqueles necessários ao mantimento de sua posição.

Os anúncios de seus serviços, na maioria das vezes, compreendiam grupos diversos de meninas, desde aquelas com condições mais modestas até outras de famílias da elite, isso devido à necessidade que tinha de trabalhar. Vejamos um exemplo: “Anna Rosa dos Santos regressou a esta Corte, e continua a dar lições em colégios como em casa particulares, e também ensina nos subúrbios, para tratar na Rua dos Inválidos, n. 57, sobradinho.”⁷. O anúncio ainda nos comprova que, após chegar de suas viagens, imediatamente anunciava seus préstimos, visto que, por ter sido uma mulher que viveu grande parte de sua existência adulta sozinha, possivelmente, era pelo trabalho que conseguia juntar o dinheiro necessário para essas viagens como para seu próprio mantimento no país.

Algumas das profissões por ela reivindicadas podem ser destacadas: advocacia, ministras, senadoras, deputadas, professoras universitárias, escritoras, cientistas, escultoras, capitães de navios, pastoras, jornalistas, comissárias, espãs de polícia, camareiras, governadoras, escritãs, guarda-livros, carcereiras, enfermeiras e médicas. Sobre a profissão da medicina e a advocacia ela ainda reforçou:

A profissão da medicina pertence particularmente a mulher pela natureza, porque pela mesma natureza ela é um meio doutor. Devia-se fundar academias de medicina para as senhoras, a humanidade podia esperar grandes benefícios disso; porque a mulher não há de exercer a advocacia como o homem? É uma arrogância do homem pensar que a cabeça feminina não pode rivalizar com a dele, porque a maior parte dos advogados, são antes, mecânicos de leis, do que estudantes em leis. Homens que ontem fecharam a taverna, ou largaram a tesoura são hoje advogados. Estudos, eles não têm, assim mecanicamente a mulher mesmo sem instrução podia fazer cópias e requerimentos, e exercer o lugar de procuradores, e as que viram o processo da Sra. Lill em Inglaterra devem confessar que existe alguma eloquência na língua da mulher; eu creio que a presença havia de impor mais. (A.R.T.S., 1868, p. 40)

No Brasil de 1868, as mulheres não tinham acesso as academias de cursos como advocacia e medicina. Não podiam frequentar nem mesmo os liceus. A reivindicação da autora caminhava no sentido de buscar que as portas das faculdades brasileiras fossem abertas ao sexo feminino, com o argumento de que apenas com uma educação igualitária estas poderiam mostrar sua real capacidade, contrapondo, assim, o argumento de rivalidade entre os sexos. Anna Rosa vai além, desvendando fatos concretos de uma senhora que mostrou sua eloquência movendo um processo na Inglaterra, caso este da Sra. Lill (A.R.T.S., 1868, p. 41).

Apenas nas últimas décadas do século XIX, as brasileiras ingressaram no curso de medicina, criando condições de ruptura com um mundo até então apenas masculino, caso este de Maria Augusta Generoso Estrella, que foi para os Estados Unidos com o intuito de conseguir o diploma de médica, apesar de todos os empecilhos que teve de enfrentar. Maria Augusta era de uma família portuguesa abastada e teve toda a assistência de seu pai ao se mudar para Nova York, em 1875, com quinze anos de idade. Além de após a morte do pai ter contado com o apoio de D. Pedro II, que outorgou

⁷ *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. Edição n. 2. 2 janeiro 1859.

a ela a primeira bolsa de estudos para estudante no exterior. Segundo Elisabeth Rago:

Desmascarando as supostas teorias científicas vigentes à época, positivistas, evolucionistas e higienistas todas defensoras da inferioridade da mulher, da sua debilidade moral e intelectual, as pioneiras da medicina exerceram acentuada pressão política no sentido de criar as condições do que entendo ter sido o momento de ruptura do mundo masculino da medicina, momento no qual me detive neste estudo (RAGO, 2000, p. 225).

Apreendemos que o acesso de mulheres a cursos como a medicina, apesar de ter sido um grande avanço para a emancipação feminina, se deu de maneira restrita aquelas pertencentes a famílias que gozavam de independência econômica para enfrentar os desafios aos costumes sociais daquela época, ou seja, nem todas as mulheres poderiam contar com as mesmas oportunidades. Sabemos também que, mesmo após formadas e com diploma, essas senhoras enfrentaram dificuldades no trabalho, sendo constantemente discriminadas e consideradas não aptas pelo simples fato de serem mulheres. A medicina foi uma profissão masculina e continuou majoritariamente por longas décadas. Acreditamos que Anna não teria condições financeiras de acesso a este mesmo curso, devido ao fato de sua condição financeira não ter sido propícia para isso.

Os mundos do trabalho feminino fazem parte do processo de construção do gênero, a divisão sexual do trabalho impunha, e impõe, funções específicas ao masculino e ao feminino, no qual as mulheres saíam prejudicadas por serem consideradas inferiores e menos capazes, isso ainda hoje, resultado de processos históricos como o exemplificado. A escritora aqui utilizada como exemplo, não só percebeu toda essa desigualdade, como esteve atenta a toda as mudanças que vinham se tornando uma realidade, como o acesso de mulheres a cursos como o de medicina, vendo assim oportunidade de reivindicar de forma contundente maiores mudanças que melhorariam a condição de “todo o sexo feminino”. Segundo suas palavras: “O clamor das mulheres aos empregos civis e igualdade política com o homem é um irresistível apelo [...]” (A.R.T.S., 1868, p. 111).

Analisando brevemente as reivindicações de Anna Rosa Termacsics dos Santos acerca dos mundos do trabalho de sua época, é possível confirmar as distinções que este carregava à medida que classe e raça convergiam. Mesmo por ter sido uma mulher comum, sem posição social privilegiada, a autora em questão pensava na ampliação de ocupações a partir de sua própria existência enquanto branca e letrada, sem refletir, por exemplo, as negras, imigrantes pobres e escravizadas, que também necessitavam do trabalho, só que de maneira completamente distinta, passando por impasses e maiores dificuldades no quesito violência. Vejamos alguns casos dos problemas enfrentados por essas senhoras letradas.

Essas mulheres que utilizavam das letras para conseguir trabalho vinham anunciando seus serviços em jornais, destacando as funções que estavam aptas e o endereço para serem contratadas por aqueles que houvesse interesse, como vimos no caso da senhora húngara que escreveu em 1868. Do mesmo modo, outras também anunciavam que tinham aptidões para dados ensinamentos só que, em troca, aceitavam até mesmo moradia e alimentação.

MESTRA. Uma senhora estrangeira deseja achar um cômodo decentemente mobiliado, em casas de família muito capaz, comida e roupa lavada. Em pagamento do mesmo, ela se compromete a dar três horas de lição por dia, de português,

francês, inglês, piano, desenho e trabalhos de fantasia, a duas ou três meninas, das 10 horas até o meio dia, ficando o resto do dia a sua disposição para dar lições em outras casas por fora; a quem convier queira responder este jornal para ser procurado⁸.

Esse caso acima comprova como essas senhoras viviam numa completa relação de dependência, utilizando de estratégias diversas para conseguir tentar se estabelecer naquele meio social. O fato de aceitar como pagamento “um cômodo decentemente mobiliado, em casas de família muito capaz, comida e roupa lavada” mostra como a inserção dessas mulheres nos mundos do trabalho perpassava por dificuldades, sobretudo se pensarmos as estrangeiras que aqui se instalaram acreditando que fossem encontrar melhores oportunidades para exercerem seus ofícios.

Por sua vez, também era reforçado nos jornais que essas mulheres eram “de boa educação”, quer dizer, brancas e letradas, não sendo criadas quaisquer e de cor, pelo contrário, tinham condição de passar ensinamentos relacionados a boas maneiras e governar as funções das casas, que eram exercidas, provavelmente, por escravizadas ou libertas.

Aos Srs. Fazendeiros. Uma senhora de boa educação e casada, mas ausente de seu marido, propõe-se a ser empregada em alguma fazenda e a tomar sobre si a educação de meninas, ensinando-lhes as línguas portuguesa e francesa, bem como todos os trabalhos de costura, etc., para mais informações, queiram procurar na rua dos pescadores n.º 9⁹

Neste outro caso é destacado que a senhora é casada, porém, ausente de seu marido. Não sabemos o motivo, a questão que se coloca é que a necessidade de se manter sem um homem para essas mulheres era quase insuficiente, pois o sistema impunha que apenas estes seriam os detentores financeiros de suas esposas, que deveriam ser “plantas de estufa”, utilizando a expressão de Anna Rosa, e manterem-se apenas no privado de seus lares. O anúncio foi uma estratégia utilizada pela senhora para conseguir trabalho, tendo em vista suas aptidões para o ensino das línguas portuguesa e francesa, além de todos os rudimentos de agulha, aprendizados que famílias vinham buscando para suas filhas, que aprendiam estas lições, na maioria dos casos, em suas próprias residências.

As funções que essas senhoras exerceram eram relacionadas as suas experiências que foram adquiridas no decorrer de suas próprias vidas. Um exemplo a ser dado é um anúncio que ainda descreveu que a mulher buscada deveria ter sido dona de escravizados, mantendo o controle de sua respectiva casa.

PRECISA-SE de uma senhora viúva que já fosse dona de casa e tivesse escravos, que saiba bem do governo de uma casa e tratar de doentes, que saiba bem coser e seja senhora de boa educação e não tenha maus costumes, para casa de um casal sem filhos, onde será bem tratada; quem estiver nas circunstâncias dirija-se a rua das Laranjeiras, n.º 72, para tratar.¹⁰

Possivelmente, as mulheres que iriam atuar nessas casas de famílias não eram novas e necessitavam de certa idade, visto que a experiência como dona de casa e senhora de escravos era requerida. Além disso, após ficarem viúvas acreditamos que

⁸ *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. Edição n. 117. 29 abril 1861.

⁹ *Correio Mercantil*. Rio de Janeiro. Edição n. 59. 29 fevereiro 1860.

¹⁰ *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. Edição n. 39. 9 fevereiro 1877.

as dificuldades postas na vida dessas mulheres ficavam ainda maiores, tendo que buscar no trabalho recursos para sua subsistência e dos filhos e filhas, quando houvesse.

As mulheres de letras que vinham se movimentando nesse universo do trabalho relacionado a instrução eram diversas, sejam viúvas, solteiras, casadas, estrangeiras, brasileiras, umas com condições mais modestas do que outras, com muito ou pouco conhecimento ilustrado, enfim, um mercado de trabalho amplo e que contou com muitos impasses para inserção. Além disso, funcionava informalmente no contrato entre as professoras e os interessados em seus serviços. Apesar de ter sido majoritariamente branco, não podemos negar a possibilidade de mulheres de cor terem conseguido adentrar, apesar das dificuldades de estas serem ainda maiores, isso como resultado do novo ordenamento social que vinha se fazendo presente ao XIX. Aqui podemos utilizar do exemplo da literata Maria Firmina dos Reis, uma mulher negra, pobre e autodidata, que exerceu a profissão de professora de primeiras letras após passar em primeiro lugar para a vaga, em 1847, no Maranhão¹¹. Também temos Rufina Rodrigues da Costa, esposa de Francisco de Paula Brito, filho e neto de libertos. Não sabemos a cor exata de Rufina, entretanto, ao que tudo indica, também foi descendente de negros, uma vez que tem a informação “filha reconhecida pelo seu pai” no seu assento de batismo, ou seja, existe a possibilidade de ela ter nascido de uma relação entre um homem branco com uma mulher negra ou parda, contudo é reforçado que o pai a reconheceu¹².

Até aqui vimos como esses mundos do trabalho de mulheres de letradas era heterogêneo, abarcando mulheres com as mais diversas especificidades. Vimos também que muitas destas mulheres não só perceberam as desigualdades de gênero presentes, como, da mesma forma, buscaram maneiras de questionar este, escrevendo e publicando suas reivindicações por melhores condições, além de terem se utilizado das mais diversas estratégias para conseguirem ser contratadas, aceitando, inclusive, outras formas de pagamento. Contudo, outras formas de trabalho estiveram presentes no mesmo momento, no qual não se exigiam educação dessas mulheres que viviam em condições de dependência e precariedade muito maiores.

Veremos, a seguir, um outro universo do trabalho, desta vez com mulheres pobres, analfabetas e negras, sejam escravizadas ou livres, mostrando os impasses que estas enfrentavam e um funcionamento completamente distinto daqueles em que as letradas estiveram atuando. Através dos anúncios localizados na imprensa é possível revelarmos diversas questões que não estiveram presentes nas reivindicações escritas pelas mulheres letradas, enfatizando como esses mundos era heterogêneo, distinto e desigual, não apenas no gênero, mas também no quesito de raça e classe, ainda mais tendo em vista a existência da escravidão e todos os problemas na condição humana que envolviam ela.

¹¹ A professora e escritora Firmina é um exemplo de inserção da mulher negra e pobre na educação e na literatura oitocentista. Publicou obras e contos que são reconhecidos como de grande importância na história pela luta antiescravagista no Brasil. Para saber um pouco, ver mais em: MENDES, 2014.

¹² Rufina de Paula Brito atuou com seu marido, Francisco, durante toda a vida na tipografia. Após ficar viúva passou por grandes necessidades de manter os negócios em pé, devido ao fato do seu esposo ter deixado muitas dívidas, contudo fica como responsável pela tipografia por alguns anos, que veio a publicar diversas obras, inclusive o *Tratado Sobre a Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar*, uma das fontes de análise nesse projeto. Ver mais sobre Rufina no último capítulo de: GODOI, 2016.

Os mundos do trabalho de mulheres negras e pobres: convergência entre gênero, raça e classe

Entender o funcionamento dos mundos do trabalho de mulheres negras no século XIX requer clareza da existência da escravidão, e de todos os resquícios desta, até mesmo para aquelas que fossem libertas. No período, ter escravizados e escravizadas tinha relação com questões econômicas de seus senhores e senhoras, que acreditavam que o destino dos sujeitos de cor fosse apenas o de servidão, baseados sobretudo em fundamentos religiosos, propiciando unicamente lucros como resultados de seus serviços.

Até mesmo abolicionistas, muitas das vezes, possuíam números significativos de negros e negras, já que estes eram os responsáveis pelos préstimos de serviços, sejam os da casa, rua, como os da lavoura. Apesar da escravidão ter sido contestada por muitas pessoas, muitas vezes estas próprias se contradiziam, visto que enquanto ela existisse, seria impossível vivenciar suas necessidades básicas sem o trabalho exercido por negros e negras. Um exemplo disso é Anna Rosa Termacsics dos Santos, abordada anteriormente, mulher de letras que reivindicou por direitos e questionou a ordem durante o século XIX, inclusive ao criticar a escravidão, mas que, em contrapartida, manteve algumas escravizadas e criadas no decorrer de sua vida para os serviços gerais de sua casa¹³.

Para além de ter sob seu domínio pessoas de cor que lhe prestavam serviços, Anna Rosa, em outros momentos, também as alugava na imprensa para serviços cotidianos, isso como tática para angariar maiores recursos, visto que era necessário que essas pessoas escravizadas destinassem grande parte do dinheiro recebido a seus senhores e senhoras, sem isso não poderiam realizar essa dupla ou tripla jornada de trabalho. A autora colocava anúncios desta maneira nos jornais diários: “Aluga-se uma preta, que lava e engoma perfeitamente, afiança se que é muito fiel; na rua do Lavradio n.15, sobrado.”¹⁴; “Aluga-se uma preta para vender doces ou alguma quitanda leve, na rua do Lavradio n.15, sobrado.”¹⁵ Ou seja, quando “sua preta” terminasse os serviços de casa, esta ainda era posta para outros, reforçando, ainda, sua característica de fidelidade, o qual esta era fundamental para boas relações de trabalho à época.

Essas mulheres negras eram submetidas a altas jornadas de trabalho, na maioria das vezes desgastantes, cansativas e que requeriam grande esforço físico como, por exemplo, ao carregarem sacos pesados de roupas, baldes de água e cestas de quitandas pelas ruas ensolaradas e quentes do Rio de Janeiro. Além de viverem em locais precários e insalubres, usando maltrapilhos e comendo o resto de seus patrões e patroas, algumas das vezes não podiam nem mesmo constituir famílias e manterem aos seus lados filhos e filhas, que ainda novos eram vendidos e separados de suas mães e postos ao trabalho.

Uma das ocupações que as essas mulheres se fizeram presentes, como vimos, é a de quitandeira, na qual vendiam doces e frutas pelas ruas da cidade, feitos por elas próprias. Apesar do grande número, estas ainda sofriam os resquícios que a higienização e o branqueamento das ruas vinham interferindo em suas vidas. Por isso,

¹³ Nos anúncios localizados em pesquisa realizada durante o Mestrado, foi possível perceber uma constante busca por escravizadas ou negras libertas para a execução dos serviços de sua casa, além, também, de em alguns momentos ter alugado mulheres escravizadas para outros serviços para além dos domésticos de sua casa, isso como uma forma de complementar renda. Ver mais em: RIBEIRO, 2019.

¹⁴ *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. Edição n. 179. 4 julho 1870.

¹⁵ *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. Edição n. 220. 8 agosto 1872.

o governo imperial vinha impedindo muitas negras de trabalharem em algumas ruas, caso este da Rua da Direita. Uma publicação da imprensa periódica da época trouxe os seguintes apontamentos:

As quitandeiras

Quase todos os viajantes que têm escrito sobre nossa terra, mencionam entre as poucas coisas agradáveis que se encontram nas ruas do Rio de Janeiro, as pitorescas quitandeiras da rua Direita, com os mantos traçados negligentemente, os alvíssimos turbantes e os tabuleiros enfeitados de saborosas frutas tropicais.

A rua Direita perdeu em tanto este característico tão saliente e tão agradável aos olhos do estrangeiro. As frutas gratas à vista e ao paladar, os graciosos e alvos turbantes, as quitandeiras dispostas em grupos, foram-se....

E por que?

Porque a imprensa fez guerra as inofensivas filhas de Guiné, foi uma cruzada contra os turbantes, as laranjas e...

Broke a butterfly upon a wheel.

A rua Direita, se não é direita, pelo menos é muito larga; quanto à moralidade, pensa alguém que a moralizada cidade do Rio de Janeiro ficará pura pela ausência dos turbantes e das quitandeiras?

Deixemo-nos de zelos tão pueris e tão absurdos.

Um que não pode ter chácara, mas que gosta de frutas¹⁶.

Do mesmo modo, em outro endereço, Ladeira da Conceição, quitandeiras e lavadeiras, ambas ocupações exercidas por mulheres negras, também incomodavam moradores daquela localidade:

Chamamos de novo a atenção do respectivo fiscal para o estado em que se acha a ladeira da Conceição. As quitandeiras deixam ali frutas podres e os restos inúteis de suas quitandas, as lavadeiras derramam constantemente águas ensaboadas, o que tudo, junto aos ciscos e outros materiais, dá em resultado a formação de produtos visivelmente prejudiciais à saúde pública. Esperamos do zelo da autoridade a quem nos dirigimos que não nos fará voltar terceira vez a este assunto¹⁷.

Os empecilhos enfrentados variavam desde a fiscalização do Estado até o problema relacionado ao próprio racismo, que tratava negros e negras como seres inferiores e que incomodavam a ordem burguesa e branca que vigorava. As mulheres que exerciam tal ofício poderiam ser, tanto livres como ainda escravizadas, porém, o ofício era de maneira autônoma e as vendas dependiam e variavam de acordo com o dia. Além disso, estas eram submetidas a multas e cobranças do governo caso infringissem a legislação. Em um dos regulamentos, em 1863, apareceu as seguintes informações:

Disposições gerais:

[...]

Art.20. O guarda em serviço terá a maior vigilância na limpeza da praça e não consentirá a venda de objetos, que pelo seu mal estado possam ser nocivos à saúde pública, ou incomodar a vizinhança, produzindo exalações desagradáveis.

Art.21. Os proprietários de bancas, barraca e as demais quitandeiras incorreram na pena de 10\$ de multa toda vez que infringirem o disposto do artigo antecedente.¹⁸

¹⁶ *Correio Mercantil*. Rio de Janeiro. Edição n. 107. 18 abril 1860.

¹⁷ *Correio Mercantil*. Rio de Janeiro. Edição n. 128. 9 maio 1860.

¹⁸ *Correio Mercantil*. Rio de Janeiro. Edição n. 228. 20 agosto 1863.

Sabemos que o que os guardas em serviço consideravam nocivo à saúde pública variava de tempo em tempo, no qual o mal tratamento para com as pessoas de cor era uma realidade que dificultaria diretamente em piores tratamentos para aquelas mulheres que buscavam ali o seu sustento, tendo que manter um cuidado para que não viessem a serem multadas, ainda mais sabendo as dificuldades que encontravam em suas vendas.

Outro problema encarado pelas negras faz relação com a precariedade da liberdade à época, no qual acontecia muitos casos de (re) escravização ilegal, isto é, essas pessoas estavam sujeitas a serem questionadas a qualquer momento caso levantasse alguma suspeita da polícia da Corte, até mesmo outros senhores poderiam questionar serem os donos, mesmo sem o ser de verdade. Sidney Chalhoub, em pesquisa desenvolvida, buscou analisar “a demonstração da confluência histórica desses dois processos: os modos pelos quais a força da escravidão tornava precária a experiência da liberdade de negros livres e pobres no Brasil oitocentista e as lógicas sociais e políticas duma espécie de interdito à própria representação dessa situação” (CHALHOUB, 2012, p. 28). Em outras palavras, foram duas questões abordadas: a precariedade da liberdade e suas transformações ao longo do século XIX e os problemas que a não aplicação da lei de 7 de novembro de 1831, relacionada ao fim do tráfico de africanos, suscitou. Apesar de Chalhoub ter se utilizado do termo “precariedade” com o sentido de instabilidade jurídica e não de condição de vida ou de trabalho, podemos aqui trazer seus apontamentos para pensarmos, igualmente, as dificuldades que isso resultaria na vida prática desses sujeitos, seja no trabalho ou como ser social daquela época.

O tema da cidadania era muito importante para essas pessoas livres de cor, sendo chave para o entendimento da política de restrição a mobilidade social e física destas, que impactava em diversas ações de suas vidas, no qual buscavam formas alternativas de sobrevivência e locomoção no espaço público na Corte, uma das maiores cidades escravistas e também maior porto de tráfico ilegal do Atlântico (CHALHOUB, 2012). Com isso, pensar as mulheres de cor, não apenas livres, mas também as escravizadas que trabalhavam para além da casa de seus senhores, colabora para a produção de novos estudos que pensem a condição de trabalho precária de suas vidas sob a perspectiva do gênero, resultando em resquícios sociais ainda hoje no que se refere a desigualdade da divisão sexual do trabalho e as duplas e/ou triplas jornadas enfrentadas por mulheres, sobretudo as negras.

Na imprensa oitocentista era anunciado inúmeros aluguéis e vendas de mulheres de cor, livres ou ainda escravizadas, tratadas como objetos de troca que geravam lucro para seus senhores e/ou senhoras. Os serviços mais buscados eram aqueles da casa como lavadeiras, engomadeiras, cozinheiras, amas de leite, cuidado de crianças e idosos. Além disso, estas deveriam portar boa saúde e não serem muito velhas, tendo disposição para a realização dos trabalhos buscados. As exigências para essas mulheres eram diversas, sendo o pagamento muitas vezes insuficiente, como percebemos nos anúncios localizados: “PRECISA-SE de uma preta, livre ou escrava, que saiba cozinhar, lavar e engomar, tudo com perfeição, e que faça compras, que seja diligente e sem vícios, paga-se 30\$ mensais, sendo perfeita. Quem estiver nestas condições dirija-se a rua do Hospício, n.128, sobrado”¹⁹.

As condições de vida dessas mulheres, para além das relações de trabalho,

¹⁹ *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. Edição n. 73. 15 março 1870.

eram dificultosas, sofrendo violência, inclusive sexual, maus tratos e sem muitas oportunidades de ascensão, praticamente quase nenhuma, diferentemente das letradas analisadas anteriormente, que se utilizavam da instrução como forma de conseguir serviços em casas de famílias brancas médias ou aristocráticas, além de assim conseguirem manter suas necessidades de frequentar cafés, bibliotecas, livrarias e teatros, meios sociais privilegiados. Casos de atentados contra seus corpos apareciam diariamente sendo noticiados. Vejamos alguns exemplos: “Achava-se anteontem na estalagem da rua do Príncipe, onde reside, uma preta livre de nome Basília, quando um indivíduo armado de um pau de vassoura se dirigiu a ela com algumas bordoadas. A preta tinha nos braços uma inocente criança de 10 meses, que também partilhou as bordoadas”²⁰. Do mesmo modo,

OCORRÊNCIAS DA RUA

João da Boa Hora teve de ir à presença da autoridade para explicar o motivo por que, anteontem à noite, na estalagem n.155, da rua do General Pedra, espancava a preta livre Feliciano Maria Prudência da Silva, ali moradora²¹.

Os casos específicos aqui colocados, um em 1876 e outro em 1878, são uns dos incalculáveis outros localizados na imprensa, nos quais os acusados eram ou não punidos pelas autoridades policiais da Corte, dependiam bastante, muitas das vezes saíam impunes. Ser negra era uma condição que não passava credibilidade para muitos, resultado desse da escravidão e do paternalismo que vigora e que, muitas das vezes, levava essas mulheres a cometerem atos que atentavam contra suas próprias vidas. Um caso localizado na *Gazeta da Tarde* narrava uma tentativa de suicídio da liberta Constança Joaquina:

A preta livre Constança Joaquina, moradora em um quarto do 2º andar do sobrado n.48 da rua da Assembleia, tentou ontem, as 6 horas da tarde suicidar-se dando um profundo golpe no pescoço. Tendo ela fechado as portas do quarto, os vizinhos só deram pelo fato quando o sangue corria aos borbotões pelo assoalho.

As portas foram então arrombadas e chamada à polícia que fez remover a paciente para a Misericórdia. Constança declarou que desejava morrer por estar ausente de seu filho e pai deste²².

Como dito anteriormente, essas mulheres eram privadas até mesmo de suas próprias famílias, mantendo relações impessoais relacionadas ao trabalho que desenvolviam no espaço público, o que as levava a cometer atos como o de Constança. Outro exemplo de ações desse mesmo tipo foi a cometida pela preta Maria Josephina: “A preta livre Maria Josephina Fernandes foi presa anteontem, por tentar, em estado de embriaguez, estrangular uma filha”²³. Não sabemos com o que as respectivas mulheres trabalhavam, entretanto, uma coisa podemos afirmar, ambas estavam submetidas a precariedade da condição de suas vidas, logo, das relações de trabalho envolvidas. Apesar de serem mulheres livres, Constança e Maria Josephina não deixavam de sofrer com os impactos que a condição de sua cor as impunha, seja no quesito trabalho como nas relações familiares de ambas, que, como percebemos, podem ser caracterizadas como precárias e dependentes.

Se, por um lado, tínhamos mulheres brancas e letradas utilizando de estratégias

²⁰ *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. Edição n. 199. 20 julho 1876.

²¹ *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. Edição n. 100. 12 abril 1878.

²² *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. Edição n. 229. 21 agosto 1879.

²³ *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. Edição n. 263. 24 setembro 1879.

no trabalho para se tornarem autônomas, requerendo, inclusive, melhores condições e abertura de mais postos em que pudessem se fazer presentes, do outro lado, as negras enfrentavam impasses totalmente contrários, sendo em sua maioria analfabetas e vivendo em condições desumanas.

Considerações finais

Analisar a categoria mulheres abarca diversas especificidades, independente do momento histórico escolhido. No caso específico, durante o Oitocentos brasileiro, outras questões se colocam, especialmente ao fato da existência da escravidão. A condição de vida das mulheres se diferenciava à medida que a raça e a classe convergissem em suas vidas, levando a experiências e desigualdades distintas.

Ao pensarmos as reivindicações escritas por mulheres de letras que surgiram ao período, sobretudo relacionadas ao direito à educação, à política e ao trabalho, deve estar explícito as suas restrições, que envolveram apenas mulheres brancas e letradas, ou seja, aquelas capacitadas intelectualmente em igualdade com os homens públicos. Estas mesmas mulheres, apesar de acreditarem nos malefícios da escravidão, caracterizando esta como uma “mancha imensa para um país que se quer chamar de civilizado” (A.R.T.S., 1868, p. 45-46), colaboraram sobremaneira para as opressões vivenciadas pelas mulheres negras que estiveram submetidas a ela, até mesmo para as libertas, que sofriam com o racismo instituído.

Os mundos do trabalho feminino durante o século XIX era bastante restrito, sobretudo se pensarmos naquele relacionado a instrução, em que as mulheres estiveram atuando no ensino de línguas, boas maneiras, primeiras letras, corte e costura e música. Estas profissões estiveram concomitantemente relacionadas aos impressos, que traziam os serviços ofertados e os locais para serem contratados, que eram normalmente na casa das próprias moças, aparecendo como um importante veículo de divulgação e oportunidade para maiores contratações.

Outras profissões que apareceram como reivindicações, como demonstrado na escrita do *Tratado sobre a emancipação política da mulher e direito de votar*, não eram abertas ao sexo feminino, caso este da medicina, advocacia, cargos universitários e político, e isso era vivenciado por essas mulheres, tanto que escreveram buscando a inserção nestes espaços. Segundo sua autora, Anna Rosa Termacsics dos Santos, as profissões deveriam ser abertas aquelas mulheres que merecessem, isto é, que mostrassem sua capacidade intelectual e profissional na prática, no qual diversas foram comparadas em sabedoria e eloquência com a Madame Stael²⁴, uma escritora importante da aristocracia francesa.

Entretanto, essas mulheres não pensaram nas outras que fossem diferentes delas, tanto no quesito de instrução como na própria cor, em que a escravidão, apesar ter sido considerada como um sistema de opressão e de atraso para um país considerado civilizado, não colocou em discussão a condição das mulheres escravizadas, muito menos requereu qualquer direito para estas, que, como vimos, sofriam diariamente com diversos resquícios de violência e desigualdade no meio social em que elas estiveram presentes.

As mulheres de cor tinham em mira outros anseios em suas reivindicações, que

²⁴ No seu texto, Termacsics dos Santos em vários momentos utiliza-se de Stael como um modelo que diversas mulheres deveriam se inspirar para reivindicarem por seus direitos, pensando-a como um modelo ideal de mulher intelectualizada.

não poderiam ser comparadas com aquelas reivindicadas pelas letradas e brancas. Para muitas escravizadas ou libertas era inimaginável pensar em ocupar os cargos profissionais que apareceram nos textos das autoras oitocentistas, tendo em mira, por exemplo, o desejo pela liberdade e pela constituição e manutenção de suas famílias, vivendo fora das senzalas. Ou seja, os anseios e as realidades das mulheres oitocentistas eram completamente diferentes quando o quesito da cor convergia, que corroborava sobremaneira para marginalizações ainda maiores.

Fontes

A Marmota. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

A.R.T.S. *Tratado sobre a emancipação política da mulher e direito de votar*. Rio de Janeiro: tipografia Paula Brito, 1868. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/6702>

Correio Mercantil e Instructivo, Político Universal. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

Jornal do Comércio. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

Referências

CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

GODOI, Rodrigo Camargo. *Um editor no império: Francisco de Paula Brito (1809-1861)*. Tese (Doutorado em História), Campinas: Universidade de Campinas, 2014.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II: O Brasil Monárquico*. Volumes 2 e 4; 2ª edição. São Paulo: Difel, 1978.

MENDES, Melissa Rosa Teixeira. Maria Firmina dos Reis: mulher e escritora oitocentista. *Revista IMEA- UNILA*. Vol. 2, Num. 1, 2014, p. 39-48.

RAGO, Elisabeth Juliska. A ruptura do mundo masculino da medicina: médicas brasileiras do século XIX. *Revista Cadernos Pagu*, v.15, 2000, p.199-225.

RIBEIRO, Cristiane de Paula. "A vida caseira é a sepultura dos talentos": gênero e participação política nos escritos de Anna Rosa Termacsics dos Santos (1850-1886). Dissertação (Mestrado em História). Juiz de Fora: UFJF, 2019.

SBRAVATI, Daniela Fernanda. *Senhoras de incerta condição: proprietárias de escravos em Desterro na segunda metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). Santa Catarina: UFSC, 2008.

Notas de autoria

Cristiane de Paula Ribeiro é Mestre em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), linha de pesquisa *Narrativas, Imagens e Sociabilidades*. Doutoranda em História pela Universidade de Campinas (UNICAMP), linha de pesquisa *História Social*

da Cultura. E-mail: crisdepaularibeiro@hotmail.com.

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

RIBEIRO, Cristiane de Paula. Os caprichos dos homens têm feito das mulheres plantas de estufa: mulheres e relações de trabalho na corte, segunda metade do século XIX. *Sæculum* – Revista de História, v. 24, nº 41, p. 267-283, 2019.

Contribuição de autoria

Não se aplica.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica.

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica.

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Artigo recebido em: 18/03/2019.

Artigo aprovado em: 09/09/19.